

UFINET BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

UFINET BRASIL S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ufinet Brasil S.A.
Barueri - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Ufinet Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ufinet Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Ufinet Brasil S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2025.

UFINET BRASIL S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.641.859	2.175.245	Empréstimos e financiamentos	14	20.311.676	15.914.319
Contas a receber de clientes	7	24.497.789	57.882.320	Fornecedores a pagar	15	7.369.438	32.499.233
Impostos a recuperar		1.085.520	761.441	Obrigações trabalhistas	16	3.984.687	1.649.607
Despesas antecipadas		648.034	249.329	Obrigações tributárias	16	5.199.280	10.103.977
Demais ativos	8	4.962.671	1.111.583	IR e CS a pagar	16	549.360	1.559.917
		<u>32.835.873</u>	<u>62.179.919</u>	Receita diferida	17	22.138.943	1.197.494
				Arrendamento a pagar	18	1.340.856	4.503.276
				Demais passivos	19	3.981.629	785.087
						<u>64.875.869</u>	<u>68.212.910</u>
Não circulante				Não circulante			
Demais ativos	8	2.731.683	3.413.009	Empréstimos e financiamentos	14	347.222	5.886.619
Partes relacionadas	9	5.825.285	685.958	Partes relacionadas	9	473.141.619	196.647.852
Ativos de direito de uso	18	7.534.838	4.809.195	Arrendamento a pagar	18	6.610.988	1.289.248
Investimentos	11	133.628.736	18.335.519	Outras contas a pagar	10	55.047.921	62.772.731
Imobilizado	12	393.847.855	296.163.705	Provisão de perda de investimento	11	1.657.560	-
Intangível	13	172.277.070	154.339.521	Receita diferida	17	183.908.896	137.143.429
		<u>715.845.469</u>	<u>477.746.908</u>			<u>720.714.205</u>	<u>403.739.880</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	20	76.392.072	76.392.072
				Transação de capital		19.320.931	19.320.931
				Prejuízo acumulado		(132.621.736)	(27.738.966)
						<u>(36.908.733)</u>	<u>67.974.037</u>
Total do ativo		<u><u>748.681.341</u></u>	<u><u>539.926.827</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>748.681.341</u></u>	<u><u>539.926.827</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

UFINET BRASIL S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	85.066.666	66.759.503
Custos dos serviços prestados	22	(59.796.584)	(68.393.926)
Lucro bruto		25.270.082	(1.634.423)
Despesas/(receitas) operacionais		(16.869.687)	(6.945.861)
Despesas gerais e administrativas	22	(11.735.441)	(6.577.803)
Despesas com provisões	22	(3.130.704)	-
Receita de equivalência patrimonial	11	(1.983.980)	-
Outras receitas/despesas	22	(19.562)	(368.058)
Resultado operacional		8.400.395	(8.580.284)
Resultado financeiro		(113.115.903)	(15.196.224)
Receitas financeiras	23	12.553.976	8.142.476
Despesas financeiras	23	(125.669.879)	(23.338.700)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(104.715.508)	(23.776.508)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(167.261)	(701.100)
Corrente		-	(501.648)
Diferido		(167.261)	(199.452)
Resultado do exercício		(104.882.769)	(24.477.608)
Resultado por ação (R\$)		(1,37)	(0,32)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFINET BRASIL S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	31/12/2023	31/12/2023
Resultado do exercício	<u>(104.882.769)</u>	<u>(24.477.608)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(104.882.769)</u></u>	<u><u>(24.477.608)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFINET BRASIL S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Prejuízo acumulado	Total
		Transação de Capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	51.766.147		360.627	872.297	-	52.999.071
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios	-		-	-	1.712.979	1.712.979
Resultado do exercício	-		-	-	(24.477.608)	(24.477.608)
Incorporação	18.418.664	19.320.931	-	-	-	37.739.595
Aumento do capital social	6.207.261		(360.627)	(872.297)	(4.974.337)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	76.392.072	19.320.931	-	-	(27.738.966)	67.974.037
Resultado do exercício	-	-	-	0	(104.882.769)	(104.882.769)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	76.392.072	19.320.931	-	-	(132.621.736)	(36.908.733)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

UFINET BRASIL S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	(104.715.508)	(23.776.508)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	17.775.784	7.081.949
Amortização de direito de uso	5.079.429	7.955.445
Juros sobre arrendamentos	-	851.475
Juros sobre empréstimos	-	771.126
Juros sobre empréstimos a partes relacionadas	-	11.915.943
Receita diferida	(107.144.959)	(2.359.683)
Equivalência patrimonial	1.983.980	-
Ajuste a valor presente da receita diferida (líquido)	-	850.406
Provisão para riscos fiscais	-	(539.079)
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	-	623.146
Outros gastos	-	843.258
Perdas pelo não recebimentos de créditos	3.130.704	(228.290)
Provisão para desvalorização	-	21.271.284
Redução/(aumento líquido) nos ativos		
Contas a receber de clientes	30.253.828	(8.022.399)
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	(324.079)	(412.651)
Despesas antecipadas	(398.704)	(28.919)
Demais ativos	(3.169.761)	1.299.676
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(25.129.796)	17.213.876
Obrigações trabalhistas	1.405.461	703.460
Obrigações tributárias	(4.904.697)	5.765.022
Receita diferida	174.851.874	90.868.633
Demais passivos	4.126.160	40.828.581
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(7.180.284)	173.475.751
Juros sobre Empréstimos pagos	-	(3.858.865)
IRPJ e CSLL pagos	(1.177.819)	(8.711.593)
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(8.358.103)	160.905.294
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(115.061.966)	(342.441.663)
Ativos de direito de uso	(7.805.072)	-
Aquisição de investimento	(133.955.156)	-
Empréstimos a partes relacionadas	(5.139.327)	13.287.014
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(261.961.521)	(329.154.649)
Fluxos de Caixa das atividades de financiamentos		
Transações com terceiros:		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	28.498.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.142.040)	(25.914.708)
Empréstimo de parte relacionada	276.493.768	157.501.703
Outras contas a pagar	(7.724.811)	-
Arrendamentos pagos	2.159.320	(8.183.467)
Transações com acionistas:		
Aumento de Capital	-	(1.232.924)
Transação de capital	-	19.320.931
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	269.786.236	169.989.535
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(533.388)	1.740.179
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.175.245	435.066
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.641.859	2.175.245
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(533.388)	1.740.179

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ufinet Brasil S.A. (“Companhia” ou “Ufinet Brasil”) foi constituída em 25 de maio de 2004, com sede em Alameda Araguaia, 3972 - 1º andar - Alphaville Industrial - Barueri/SP.

A Companhia é controlada pela Ufinet Brasil Participações Ltda., parte do Grupo Ufinet, suas principais atividades são: (i) Serviços de telefonia fixa comutada - STFC; (ii) Provedor de acesso as redes de comunicações; (iii) Serviço de comunicação multimídia - SCM; (iv) Suporte técnico, Manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) Provedores de voz sobre o protocolo internet - VOIP; (vi) Serviços de rede de transportes de telecomunicações - SRTT; (vii) Aluguel de equipamentos sem uso de mão de obra; (viii) Locação de fibra óptica apagada; (ix) Operadora de televisão por assinatura por cabo; (x) Locação, Sublocação, Arrendamento, Direito de passagem de ferrovia e rodovia.

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia incorporou as companhias Net Botanic Internet Inteligente S.A. (“Net Botanic”), Moebius Tecnologia em Informática S.A. (“Moebius”) e Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda. conforme laudo de avaliação que resultou no aumento do capital social em R\$ 18.418.664 mediante emissão de 3.187.292 novas ações. O Capital Social da Ufinet Brasil S.A totalmente subscrito passou a ser de R\$ 70.184.811.

A Ufinet Brasil é uma provedora de infraestrutura de telecomunicações com neutralidade no mercado corporativo regional, nacional e internacional, assim sendo todos os clientes targets são minuciosamente estudados previamente à sua abordagem.

A Companhia por ser uma provedora de fibra óptica, é licenciada pela Anatel para operar o SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) nacionalmente, conectando empreendimento locais e internacionais, operadoras e provedores de serviços em São Paulo e por todo o Brasil.

A rede e os serviços prestados são suportados por uma equipe que se concentra exclusivamente na criação e gerenciamento das soluções que os clientes precisam ao longo de todo o período anual ou prazo contratual, com isso no negócio não há impacto operacional ou financeiro sazonal.

A missão da Ufinet Brasil é tornar a conectividade das redes no Brasil simples, transparente e acessível, e tem sido esta, a tônica que é implantado desde o início da operação, convergindo para uma estratégia de crescimento perene.

O conhecimento local da Companhia é combinado com uma abordagem internacional de negócios que oferecem às Companhias operadoras e provedoras de serviços de internet (B2B) um verdadeiro parceiro para seus requisitos de rede no Brasil.

A medida que a demanda por conectividade cresce, mostrando um forte crescimento em investimento em infraestrutura de telecomunicações no médio e longo prazo, a Companhia continuará a combinar a rede de Fibra Óptica, estrategicamente montada nos grandes centros comerciais e Companhia do Brasil, e continuará a combinar o desempenho dos seus serviços com o suporte pró ativo de modo a garantir a entrega da excelência em qualidade, visando trazer uma perpetuidade estratégica, operacional e financeira.

1.1. Combinação de negócio

A Ufinet Brasil S.A. adquiriu 100% do capital social das empresas WIX NET do BRASIL Ltda. e AVA Telecomunicações Ltda., em 07/05/2024 e 11/11/2024, respectivamente, ambas atuantes no setor de telecomunicações, com o objetivo de expandir sua cobertura de rede, carteira de clientes e infraestrutura operacional no território nacional.

A operação foi caracterizada como uma combinação de negócios uma vez que essas aquisições conferiram à Ufinet Brasil S.A. o controle societário integral das referidas companhias, e portanto, os seus negócios, caracterizando investimentos em controladas. A partir da data da aquisição, os investimentos passaram a ser avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme apresentado na Nota 11.

O método inicial de avaliação é provisório, uma vez ocorrerá a incorporação das empresas na Ufinet Brasil S.A. em 2025 (vide Nota 26 - eventos subsequentes). Portanto, o reflexo do valor justo, ágio e mais valia, serão calculados após o procedimento de incorporação, com base nos laudos de avaliação a valor justo de ativos líquidos e a fundamentação de qualquer valor não alocado, como ágio com expectativa de rentabilidade futura.

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a apresentação das presentes demonstrações contábeis em 12 de maio de 2025.

3. Base de preparação e elaboração das demonstrações contábeis

3.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que estão aderentes as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo de aquisição ou formação e avaliados pelo valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Impairment e vida útil do imobilizado;
- Reconhecimento de receitas - conforme CPC 47;
- Reconhecimento de contratos de arrendamento - conforme CPC 06 R2
- Seguros;
- Provisão para contingências;
- Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa - CPC 48
- Impairment e vida útil do intangível.

No entendimento da administração da Companhia, o assunto acima não apresenta risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3.3. Moeda funcional

São mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real ("moeda funcional"). Também é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

3.4. Aprimoramento de apresentação das demonstrações contábeis

A demonstração da mutação do patrimônio líquido comparativa teve uma reclassificação entre reservas e prejuízo acumulado de forma a melhor corresponder a natureza da incorporação de companhias mencionada na Nota 1.

Os valores referentes a Mais Valia foram realocados para a rubrica Intangível, visando uma melhor apresentação da natureza dos saldos, vide Nota 13.

3.5. Consolidação

A Companhia detém investimento em controladas e, conforme previsto no CPC 36 (R3), que trata dos aspectos de consolidação de entidades controladas, é obrigada a preparar e divulgar demonstrações contábeis consolidadas. Entretanto, a Companhia possui uma entidade legal controladora no Brasil, ao qual é a requerida a ter demonstrações contábeis consolidadas, e conforme previsto no item 4.a.i do referido pronunciamento, os acionistas da Companhia se abstiveram da necessidade destas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, a Companhia não as preparou e não as divulgou.

4. Políticas contábeis materiais

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.2. Instrumentos financeiros

a) Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria:

Ativo	Descrição
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3. Transações não caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- Reclassificações contábeis entre grupos patrimoniais.

4.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação dos serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

4.5. Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Como o CPC 48 baseia-se em um impairment, ou seja, nas perdas esperadas (não nas incorridas), calculadas por meio do uso de possíveis perdas de crédito e da probabilidade da inadimplência, a Sociedade fez um estudo do último ano, de situações em que avalia poder haver risco de não recebimento. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração considerou um critério de média histórica de perdas, apurado através da representatividade da inadimplência em relação a sua carteira.

Em 31 de dezembro de 2024 esse percentual histórico de perdas foi de 3,30% e a Administração provisionou tais montantes no balanço findo nesta data. Assim sendo, frente à análise realizada, não foram identificados impactos relevantes para esse CPC.

4.6. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

4.7. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, vide as taxas utilizadas na nota explicativa nº 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

4.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Companhia optou pela apuração do lucro real, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre resultado contábil ajustado.

4.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

- Receitas: vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma IFRS 15 / CPC 47 substituiu todos os requisitos anteriores de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS / CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o IFRS 15 / CPC 47 a receita deverá ser reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espere ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018, data efetiva da adoção inicial. A Companhia realizou uma análise da IFRS 15 e identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente;
- Receitas financeiras: a receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.14. Novas normas e pronunciamentos técnicos - CPC ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- Alterações na Norma IAS 1/CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025; e
- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis e acredita que não terá impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

5.2. Categoria dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria	31/12/2024		31/12/2023		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.641.859	1.641.859	2.175.245	2.175.245
Contas a receber	Custo amortizado	24.497.789	24.497.789	57.882.320	57.882.320
Partes Relacionadas	Custo amortizado	5.825.285	5.825.285	685.958	685.958
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	14.770.022	14.770.022	32.499.233	32.499.233
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	21.497.794	21.497.794	21.800.938	21.800.938
Partes Relacionadas	Custo amortizado	528.200.009	528.200.009	196.647.852	196.647.8

5.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado:

- a) Aplicações financeiras: OS valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato;
- b) Empréstimos e financiamentos: os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pré-fixadas;
- c) Contas a receber e fornecedores: estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. As Companhias não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

5.4. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros, risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia avalia a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

- Risco cambial: o risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar;

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha aplicações de curto prazo de R\$ 1.641.858 que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

5.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos e financiamentos	20.658.898	21.800.938
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.641.859)</u>	<u>(2.175.245)</u>
Dívida líquida	<u>19.017.039</u>	<u>19.625.693</u>
Patrimônio líquido	(36.908.733)	67.974.037
Índice de alavancagem financeira	<u>-51,67%</u>	<u>28,87%</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco conta movimento	1	81.481
Aplicação financeira	<u>1.641.858</u>	<u>2.093.764</u>
	<u>1.641.859</u>	<u>2.175.245</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação 100% do CDI e o vencimento, na data do balanço, é igual ou superior a 90 dias. Possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

7. Contas a receber

7.1. Composição

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber	25.332.912	58.150.400
Contas a receber não faturado	1	355.067
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	<u>(835.123)</u>	<u>(623.146)</u>
	<u>24.497.789</u>	<u>57.882.320</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

7.2. Composição por idade de vencimento

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	6.734.027	43.696.418
Vencidos		
Até 30 dias	-	2.657.384
De 31 a 60 dias	3.263.842	1.407.234
De 61 a 90 dias	1.657.969	1.297.430
De 91 a 180 dias	4.383.149	4.379.770
Acima de 181 dias	<u>9.293.925</u>	<u>5.067.230</u>
	18.598.885	14.809.048
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(835.123)	(623.146)
	<u>24.497.789</u>	<u>57.882.320</u>

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

8. Demais ativos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	3.849.721	901.897
Seguro fiança	209.687	209.686
Adiantamento a funcionários	<u>903.263</u>	-
	4.962.671	1.111.583
Não circulante		
Outras contas a receber	62.936	744.262
Depósito judicial (a)	<u>2.668.747</u>	<u>2.668.747</u>
	2.731.683	3.413.009
	<u>7.694.354</u>	<u>4.524.593</u>

(a) A Companhia possui um processo de execução fiscal em decorrência de obra irregular em via pública, e como pré-requisito para apresentação da defesa, o Juiz determinou que fosse feito o depósito judicial no montante de R\$ 2.668.747. Segundo a Administração e seus assessores jurídicos, o prognóstico de perda desse processo é remota.

9. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. A seguir as operações com partes relacionadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Operação	31/12/2024	31/12/2023
Ativo não circulante	Mútuo a receber (a)		
Ufinet Brasil Participações Ltda.		5.825.285	685.958
		<u>5.825.285</u>	<u>685.958</u>
Passivo não circulante	Mútuo a pagar (b)		
Ufinet Latam S.L.U.		200.620.159	104.260.341
Zacapa S.à r.l.		210.282.025	76.136.674
Ufinet Brasil Participações Ltda.		21.794.226	13.582.090
Wagner Kato - acionista		2.668.747	2.668.747
Wagner Kato - valor PUT - aquisição Netell		37.776.462	-
		<u>473.141.619</u>	<u>196.647.852</u>

Com a incorporação da Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda., a companhia aumentou suas transações com parte relacionada, conforme contrato celebrado entre a Ufinet Brasil Telecomunicações com as companhias, Ufinet Latam S.L, e Zacapa Sà.rl.

- (a) Em julho de 2019 foi celebrado um contrato de mútuo com a Ufinet Latam S.L., no valor total de USD 9.000.000 com juros acordados de acordo com carta de crédito e uma margem adicional de 7,02%, com data de vencimento de julho de 2025. Em abril de 2020, houve a celebração de um novo contrato de empréstimo, por valor de USD \$3.000.000 com as mesmas condições de remuneração e vencimento mencionadas no contrato anterior Estes contratos não possuem cláusulas de covenants financeiros e/ou garantias;
- (b) O acionista minoritário Wagner Kato emprestou o montante de R\$ 2.668.747 para a Companhia efetuar o depósito judicial mencionado na nota explicativa nº 9 (a). O processo em julgamento é anterior a venda do controle da Companhia, caso o resultado do processo judicial seja contrário a Companhia, a responsabilidade financeira será do Wagner Kato (vendedor) conforme acordado no contrato de compra e venda das ações.

Os contratos com partes relacionadas não possuem cláusulas de covenants financeiros e/ou garantias.

9.1. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores e conselho de administração que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 655.439 em 2024 (2023 - R\$ 428.069).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Outras contas a pagar

	Operação	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não circulante			
Wagner Kato (a)	Garantia a pagar	602	4.350.160
Pedro Augusto e Edgar Sanches	Opção de compra	3.160.500	4.337.571
Wagner Kato (a)	Opção de compra	12.585.646	54.085.000
Vendedores - Wix Net (b)	Opção de compra	20.489.553	-
Vendedores - Ava (b)	Opção de compra	18.811.620	-
		<u>55.047.921</u>	<u>62.772.731</u>

- (a) Obrigação a pagar da companhia incorporada Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda. referente ao valor retido como garantia para as obrigações assumidas pelo vendedor, conforme determinado no Share Purchase Agreement de 24 de junho de 2019, o prazo de transferência é até 25 de janeiro de 2025. O valor será atualizado pela variação de 100% da CDI desde a data de fechamento do contrato até o pagamento parcial e/ou total ao vendedor;
- (b) Obrigação a pagar da companhia incorporada Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda. referente as opções de compra da parcela dos vendedores de suas controladas ("Call Option"), as quais somente serão realizadas quando a Companhia exercer seu direito. O valor a ser pago decorrente do exercício da opção está vinculado a valores estimados com base em cálculos preestabelecidos contratualmente.

11. Investimento e Provisão de perda de investimento

	31/12/2024	31/12/2023
Investimento - AVA Telecomunicações Ltda.	3.495.465	-
Investimento - WIX NET Brasil Ltda.	(1.657.560)	-
Ágio na aquisição de investimento	130.133.271	18.335.519
Investimento	<u>133.628.736</u>	<u>18.335.519</u>
Provisão de perda em investimento	<u>(1.657.560)</u>	<u>-</u>

No exercício de 2024 a Ufinet Brasil S.A. adquiriu 100% do capital social das empresas WIX NET do BRASIL Ltda e AVA Telecomunicações Ltda, ambas atuantes no setor de telecomunicações, com o objetivo de expandir sua cobertura de rede, carteira de clientes e infraestrutura operacional no território nacional. Valores provisórios. Adicionalmente, foi concluída a alocação de preço da Moebius e Net Botanic, e transferida a mais-valia de R\$ 18.335.519 para o ativo intangível.

Seguem abaixo as informações sobre as investidas:

	AVA	WIX NET	31/12/2024
Patrimônio líquido das investidas - 31/12/2024	3.495.465	(1.657.560)	1.837.905
Percentual de participação	100%	100%	
Saldo inicial - data de aquisição	2.442.417	1.379.468	3.821.885
Equivalência patrimonial	<u>1.053.048</u>	<u>(3.037.028)</u>	<u>(1.983.980)</u>
Saldo 31/12/2024	<u>3.495.465</u>	<u>(1.657.560)</u>	<u>1.837.905</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Imobilizado

12.1. Taxas ponderadas anuais de depreciação

A Companhia acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Taxas ponderadas anuais de depreciação (%)	
	31/12/2024	31/12/2023
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	20	20
Computadores e periféricos	20	20
Benfeitorias em Prop. De Terceiros	10	10
Redes ópticas (*)	4	4
Equipamentos de comunicação	8	8

(*) A vida útil estimada é de 25 anos, utilizando inicialmente o método "Ross Heidecke", e anualmente é devidamente revisada.

12.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Custo				
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Material em almoxarifado	144.968.084	108.568	-	(145.076.652)	-
Construções em curso	43.855.672	253.176.118	-	(269.422.450)	27.609.340
Armazém em construção	14.766.954	6.853.931	-	-	21.620.885
Instalações	2.502.844	-	-	-	2.502.844
Máq.e equip.	1.769.750	-	-	-	1.769.750
Equip. de Informática	-	397.968	-	-	397.968
Equip. de telecom.	19.908.780	35.356.552	-	-	55.265.332
Fibra optica	95.429.726	234.065.898	-	-	329.495.624
Equipamentos de oficina	1.132.368	-	-	-	1.132.368
Móveis e utensílios	300.666	-	-	-	300.666
Veículos	412.407	-	-	-	412.407
Total	325.047.251	529.561.067	-	(414.499.102)	440.507.185

Descrição	Depreciação				
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Instalações	(467.000)	(216.436)	-	-	(683.436)
Equip. de informática	-	(80.612)	-	-	(80.612)
EQUIP. de rede de telecomunicação	(5.292.285)	(5.381.728)	-	-	(10.674.013)
Fibra optica	(20.671.970)	(11.849.570)	-	-	(32.521.540)
Equip. de oficina	(994.526)	(55.356)	-	-	(1.049.882)
Aquis. móveis e utensílios	(201.283)	(26.183)	-	-	(227.466)
Aquis. veículos	(395.263)	(17.061)	-	-	(412.324)
Máquinas e equipamentos	(861.219)	(148.838)	-	-	(1.010.057)
Total	(28.883.546)	(17.775.784)	-	-	(46.659.330)
	296.163.705				393.847.855

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Intangível

13.1. Composição

	31/12/2024		31/12/2023
	Custo	Amortização	Saldo líquido
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	153.937.633	-	153.937.633
Equipamentos de informática	-	-	397.969
Propriedade Industrial	3.919	-	3.919
Mais-valia - Net Botanic	486.757	-	-
Mais-valia - Adquiridas	17.848.761	-	-
	<u>172.277.070</u>	<u>-</u>	<u>154.339.521</u>

13.2. Movimentação

	31/12/2023	Adições	Reclassificação	31/12/2024
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	153.937.633	-	-	153.937.633
Equipamentos de informática	397.969	-	(397.969)	-
Propriedade Industrial	3.919	-	-	3.919
Mais-valia Aquisição Net Botanic	-	-	486.757	486.757
Mais-valia Adquiridas	-	-	17.848.761	17.848.761
	<u>154.339.521</u>	<u>-</u>	<u>17.937.549</u>	<u>172.277.070</u>

14. Empréstimos e financiamentos

14.1. Composição por modalidade

Modalidade	Taxa a. a.	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Moeda nacional				
Capital de giro (a)	CDI+6,24%	jan/26	4.166.667	8.680.556
Conta garantida	CDI+5,63%	jun/25	1.421.490	3.642.572
Finame (b)	14,23%	set/24	-	181.982
Moeda estrangeira				
Capital de giro	CDI+6,24%	mai/25	15.070.741	9.295.828
			<u>20.658.898</u>	<u>21.800.937</u>
			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante			20.311.676	15.914.319
Não circulante			347.222	5.886.618
			<u>20.658.898</u>	<u>21.800.937</u>

a) O contrato possui cláusulas restritivas que requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas. E o contrato não prevê garantias para assegurar o seu cumprimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

14.2. Amortização da dívida por ano:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2024	-	15.914.319
2025	20.311.676	5.886.618
2026	347.222	-
	<u>20.658.898</u>	<u>21.800.937</u>

15. Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aquisição de ativo imobilizado	1.170.542	2.822.053
Fornecedores de serviço	6.198.435	29.677.180
	<u>7.369.438</u>	<u>32.499.233</u>

A variação ocorrida na conta de fornecedores reflete uma combinação de fatores operacionais, financeiros e estratégicos que impactaram as atividades da companhia durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2024. Pela expansão das suas operações e, em razão da incorporação de anos anteriores.

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	549.360	1.559.917
PIS e COFINS a recolher (a)	904.901	5.111.315
ICMS a recolher	1.084.311	1.711.051
Outros impostos e contribuições	2.660.708	1.721.694
Total	<u>5.199.280</u>	<u>10.103.977</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	814.272	537.697
Provisão Férias e Encargos Férias (b)	1.254.450	264.346
Outras obrigações trabalhistas a pagar	1.915.965	847.564
Total	<u>3.984.687</u>	<u>1.649.607</u>

- (a) Emissão pontual de faturas do IRU (Indefeasible Right of Use), com valores elevados de 2023, gerando um acúmulo de tributos a recolher;
- (b) Em 2023, a conta de "obrigações trabalhistas" incluía valores relacionados a adiantamentos a funcionários, que não se referiam à folha de pagamento, reclassificados para melhor representar a natureza da transação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Receita diferida

17.1. Composição e natureza

São contratos firmados com clientes, cujo objeto é a cessão de direito de uso das fibras ópticas da Companhia pelo prazo de 10 a 25 anos.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita faturada a ser prestada	226.503.037	151.484.148
(-) Impostos diferidos	(20.455.198)	(13.143.225)
Total	<u>206.047.839</u>	<u>138.340.923</u>
Circulante	22.138.943	1.197.494
Não circulante	183.908.896	137.143.429
	<u>206.047.839</u>	<u>138.340.923</u>

Os montantes registrados se referem aos valores faturados pela Ufinet Brasil conforme os vencimentos contratuais, porém a receita só será reconhecida conforme a prestação do serviço, abaixo a composição:

A variação na receita diferida no exercício 2024 é consequência do acordo firmado no projeto Ápia. Desta forma essa receita será apropriada por 25 anos ao resultado da Companhia.

18. Direito de uso e arrendamento a pagar

18.1. Direito de uso

Movimentação do direito de uso:

	31/12/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Sites	11.172.347	(4.512.428)	6.659.919	1.011.917
Oficinas e Bodegas	2.363.805	(1.617.874)	745.931	1.265.465
Cage	644.940	(515.952)	128.988	679.155
Cross conexions	3.597.456	(3.597.456)	-	1.749.469
Apartamentos	115.112	(115.112)	-	46.045
Equipos (Maquinaria)	-	-	-	57.144
	<u>17.893.660</u>	<u>(10.358.822)</u>	<u>7.534.838</u>	<u>4.809.195</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

18.2. Arrendamento a pagar

A seguir, são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o período:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	5.792.524	4.464.147
Adições	6.781.596	8.882.101
Juros	557.774	702.397
Pagamentos	(5.180.050)	(8.256.121)
	<u>7.951.844</u>	<u>5.792.524</u>
Circulante	1.340.856	4.503.276
Não circulante	6.610.988	1.289.248

19. Demais passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	838.896	513.935
Outras Despesas Antecipadas	3.142.732	271.152
Total	<u>3.981.629</u>	<u>785.087</u>

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era R\$ 76.392.072, abaixo a composição acionária:

	31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	%	R\$	%
Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda.	61.999.806	81,16	61.999.806	81,16
Wagner Kato	14.392.266	18,84	14.392.266	18,84
	<u>76.392.072</u>	<u>100%</u>	<u>76.392.072</u>	<u>100%</u>

Em 31 de janeiro de 2023 a Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda, Net Botanic Internet Inteligente S.A. e Moebius Tecnologia em Informática S.A foram incorporadas pela Companhia Ufinet Brasil S.A, passando a Companhia Ufinet Brasil Participações Ltda a ser a acionista direta da Ufinet Brasil S/A.

Em decorrência desta incorporação a UBSA teve seu capital social aumentado em R\$ 18.418.664 (dezoito milhões quatrocentos dezoito mil seiscientos sessenta quatro reais) que corresponde a 3.187.292 (três milhões cento oitenta sete mil duzentas noventa duas) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 5,778781485976183 por ação. Dessa forma o capital social da UBSA passou a ser R\$ 70.184.811 (setenta milhões, cento oitenta quatro mil oitocentos onze reais), dividido em 54.953.439 (cinquenta quatro milhões novecentos cinquenta três mil quatrocentas trinta nove) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal Novas Ações), que serão integralmente subscritas integral. Conforme alteração contratual data base 15 de fevereiro de 2023.

Em 17 de agosto de 2023 os acionistas decidiram pela capitalização da reserva de lucros, aumento o capital social para R\$ 76.392.072 (setenta seis milhões, trezentos noventa dois mil setecentas), dividido em 61.160.700 (sessenta um milhões, cento sessenta mil setecentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal que foram subscritas pelo comprados e pelo vendedor na proporção de sua participação no capital da Companhia e integralizadas do saldo lucro do período conforme demonstrações financeiras levantadas na data base de 31 de julho de 2023.

20.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

20.3. Reserva de retenção de lucros

Esta reserva refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos do Grupo, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas.

20.4. Dividendos mínimos obrigatórios

Serão destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios 25% do saldo remanescente após a constituição da reserva legal, na situação de lucro, após a absorção de prejuízos acumulados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Receita líquida

A seguir a reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de locação da fibra	37.895.789	33.293.734
Receita com serviços prestados	48.897.151	42.101.245
Apropriação da receita diferida	12.752.696	2.359.683
Tributos (PIS, COFINS, ISS)	(14.478.970)	(10.995.159)
	<u>85.066.666</u>	<u>66.759.503</u>

22. Custos e despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação por natureza:		
Custos dos serviços prestados (a)	(19.642.495)	(16.896.013)
Serviços de terceiros (b)	(5.851.051)	(3.283.224)
Sistemas de gestão	(2.781.880)	(2.965.451)
Comunicação	(121.476)	(106.365)
Locação	(96.267)	(66.851)
Transporte	(65.413)	(76.056)
Seguros	(137.744)	(62.012)
Material de consumo	(44.652)	(28.947)
Água e energia	(419.553)	(395.436)
Despesa com viagens	(1.299.346)	(1.354.550)
Gastos com pessoal (x)	(17.178.159)	(15.491.764)
Impostos e Taxas (d)	(302.163)	(511.969)
Outras receitas (gastos) (e)	(802.221)	(17.733.008)
Depreciação e amortização (f)	(22.809.169)	(16.368.141)
Despesas com provisões (g)	(3.130.704)	-
	<u>(74.682.291)</u>	<u>(75.339.788)</u>
Classificação por função:		
Custos dos serviços prestados	(59.796.584)	(68.393.926)
Despesas gerais e administrativas	(11.735.441)	(6.577.803)
Despesas com provisões	(3.130.704)	-
Outras receitas/despesas	(19.562)	(368.058)
	<u>(74.682.291)</u>	<u>(75.339.787)</u>

- (a) Custo de serviços prestados: houve ampliação da rede da base operacional, com crescimento de estrutura de redes;
- (b) Serviços de terceiros: refere-se a suporte técnico e consultoria de investigação das aquisições das incorporadas;
- (c) Gastos com pessoal: refere-se ao crescimento de estrutura, logo mais colaboradores foram contratados para atender a demanda de serviços;
- (d) Impostos e taxas: houve reclassificação para melhor comparabilidade dos saldos;
- (e) Outras receitas (gastos): refere-se à variação da PUT com acionista minoritário, recálculo referente a performance da Companhia;
- (f) Depreciação e amortização, projetos de redes que estavam em andamento e foram concluídos, iniciando a depreciação. Sobre a mais valia, depende de laudo de avaliação para seguir com a amortização que se iniciará em 2025;
- (g) Despesas com provisões, em 2024 houve um trabalho significativo na carteira de clientes e foi feito o recálculo da PCLD.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras:		
Variação cambial ativa (a)	12.309.108	7.819.905
Juros ativos	223.735	315.118
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>21.133</u>	<u>7.453</u>
Total	12.553.976	8.142.476
Despesas financeiras		
Juros passivos	(30.262.921)	(17.056.924)
Despesas bancárias	(138.363)	(137.994)
Despesas com juros de mora	(851.521)	(171.158)
Despesas com IOF	(357.499)	(154.925)
Juros sobre arrendamentos	(1.091.616)	(851.475)
Variação Cambial passiva (a)	(84.751.629)	(365.259)
Custo financeiro dos contratos (vide nota 16.3)	(6.545.768)	199.518
Outras despesas financeiras	<u>(1.670.562)</u>	<u>(4.800.483)</u>
Total	(125.669.879)	(23.338.700)
Resultado Financeiro	<u>(113.115.903)</u>	<u>(15.196.224)</u>

Variação cambial, Ativa e Passiva, refere-se as atualizações sobre empréstimos e juros.

24. Provisões para Contingências

A UFINET BRASIL S.A., no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os valores são provisionados. Em 31 de dezembro de 2024 a UFINET BRASIL S.A. não possuía nenhum valor a ser provisionado com essa rubrica, em conformidade com o parecer formalizado por sua área jurídica.

25. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2024, é assim demonstrada:

Responsabilidade Civil	Operações - estabelecimentos comerciais e/ou industriais; produtos; responsabilidade civil do empregador; despesas de defesa em juízo civil; poluição, contaminação e/ou vazamento súbitos, inesperados e não intencionais, prejuízos financeiros e/ou perdas financeiras.	30/06/2024 a 30/06/2025	11.031.620
Empresarial Riscos Operacionais	Cobertura - Risco declarado, Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave, danos elétricos, equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração de bens, perda de aluguel, responsabilidade civil e vazamento de tanques e tubulações.	21/07/2024 a 21/07/2025	2.500.000
Empresarial Riscos Operacionais	Danos materiais e da natureza, pequenas obras de engenharia, honorários de perito.	30/06/2024 a 30/06/2025	33.094.860

26. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2025, na Ufinet Brasil S.A. ocorreu a realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou o Protocolo e Justificação de Incorporação das seguintes sociedades:

- Ufinet Brasil Participações Ltda. ("UBP") - sociedade controladora;
- WIX Net do Brasil Ltda. ("WIX NET") - adquirida em maio de 2024;
- AVA Telecomunicações Ltda. ("AVA") - adquirida em novembro de 2024.

A operação resultará na incorporação total do patrimônio líquido dessas empresas pela Ufinet Brasil S.A., com a consequente extinção de suas personalidades jurídicas. A medida visa simplificar a estrutura societária do grupo, promover maior eficiência administrativa, contábil e fiscal, além de consolidar os investimentos realizados para expansão da rede própria da Companhia.

O processo de alocação do preço de aquisição (PPA) das empresas WIX NET e AVA será completado em 2025, de acordo com os laudos de avaliação definitivos, com os respectivos efeitos contábeis e fiscais já apurados na Companhia.